

## A Mente Material

Donald Davidson

Desejo discutir algumas questões metodológicas gerais acerca da natureza da Psicologia como ciência, pressupondo que estejamos de posse de um grande conhecimento acerca do cérebro e do sistema nervoso do ser humano. Suponhamos que entendemos perfeitamente o que ocorre no cérebro, no sentido de que possamos descrever cada um de seus detalhes em termos puramente físicos - que mesmo os processos elétricos e químicos, bem como os neurológicos, tenham sido reduzidos a processos físicos. E suponhamos, ademais, que podemos assumir que, da maneira pela qual o sistema foi construído, as indeterminações da física quântica sejam irrelevantes para nossa habilidade de prever e explicar os eventos que estão ligados aos *inputs* dados pelas sensações ou aos *outputs* na forma de movimentos do corpo.

Já que estamos no terreno da imaginação, vamos imaginar que o cérebro e o sistema nervoso a ele associado possam ser entendidos como sendo um computador. Teríamos chegado realmente a uma compreensão tão grande do que ocorre que poderíamos construir uma máquina que, quando exposta às luzes e sons do mundo, imitaria os movimentos de um ser humano. Nada disto seria absurdo, embora pouco provável e distante de qualquer verificação empírica.

Finalmente, seja por diversão ou para evitar questões que não seriam fundamentais para o nosso tema, imaginemos que o *homme machine* seja efetivamente construído com o formato de um ser humano e sintetizado a partir da água ou outros materiais que possam ser facilmente obtidos. Nossa evidência que ele foi construído de forma apropriada pode ser obtida de duas maneiras. Em primeiro lugar, tudo que podemos saber acerca da estrutura física e do funcionamento de cérebros e corpos humanos foi replicado. Em segundo lugar, Art (como nós o chamaremos) age exatamente como um ser humano: Art tem expressões adequadas no seu rosto, responde questões e inicia movimentos iguais aos de um ser humano quando é exposto à mudanças ambientais. Todas as correlações que foram descobertas entre o que sabemos acerca de processos mentais e o que ocorre no sistema nervoso humano foram fielmente preservadas na construção de Art. Quem não soubesse que Art é artificial jamais poderia descobrir este fato, mesmo que o observasse, o ouvisse, o espetasse ou conversasse com ele. Aqueles que o construíram podem dizer exatamente o que acontece no seu interior em termos físicos e podem igualmente explicar, em termos físicos, porque Art se move de uma determinada maneira quando submetido a certos tipos de estímulos. Mas isto certamente não deve servir de motivo para que o observador perceba que Art veio do laboratório de algum cientista louco, uma vez que uma explicação similar é também possível para o caso de seres humanos produzidos a partir de métodos convencionais.

(A pressuposição de que a biologia e a neurofisiologia são redutíveis a física não é essencial para nossos raciocínios, e esta pressuposição deve ser provavelmente falsa. Nossos raciocínios não dependem, tampouco, da pressuposição de que o indeterminismo seja irrelevante. Ambos pressupostos poderiam ser eliminados, mas isto possivelmente tornaria nossos argumentos muito complicados).

A questão agora é a seguinte: o que estes conhecimentos de física (e também de neurofisiologia) podem nos dizer acerca da psicologia? Argumentarei que eles contribuem muito menos do que o esperado, pelo menos na medida em que mantivermos uma certa visão acerca da natureza da psicologia.

Para delimitar o escopo deste artigo, trataremos da psicologia como uma disciplina que lida com fenômenos descritos por conceitos que envolvem intenção, crença, e outras atitudes instintivas como por exemplo, o desejo. Seriam incluídos entre esses conceitos as ações, decisões, memória, percepção, aprendizado, volição, atenção, discriminação e muitos outros. Muitas tentativas foram feitas para mostrar que a psicologia não precisa desses conceitos - ou pelo

menos não precisa de alguns deles - ao se definir noções como crença ou desejo em termos comportamentais ou em termos de conceitos usados pelas ciências físicas. A eliminação direta destes conceitos através da definição de termos psicológicos não parece mais ser uma tarefa plausível e se o raciocínio que desenvolvo aqui estiver correto, a redução a essa definição não será possível. Claro que podemos imaginar outras formas de redução. Este fato marca o limite de nossa discussão: na medida em que a psicologia não torna essencial o uso desses conceitos que acabei de descrever, as considerações que se seguem não se aplicam a ela.

De qualquer maneira, seria tolice sustentar que a existência de Art não faria diferença para a psicologia. Ele mostraria, por exemplo, que o determinismo (na medida em que a física é determinista) é compatível com o aparecimento da ação intencional: deixando de lado questões de origem, temos razão para considerar Art um agente voluntário como qualquer outro. Art seria tão livre quanto qualquer um de nós. E Art provaria que embora fossem muito diferentes, não existiria nenhum conflito entre os modos de explicação da física e os da psicologia.

Além destas questões metodológicas gerais, a existência de Art teria sem dúvida uma influência nos objetivos da pesquisa em ciências sociais, na maneira de conceber experimentos e nas hipóteses a serem testadas. Assumimos que um conhecimento detalhado da neurofisiologia do cérebro fará diferença - a longo prazo, uma enorme diferença - para o estudo de assuntos como percepção, memória, sonhos e talvez até processos inferenciais. Mas uma coisa é o desenvolvimento de uma área produzir mudanças numa disciplina correlata e outra coisa pretender estender os conhecimentos num determinado campo para outro, pura e simplesmente. Num sentido geral, não podemos duvidar da relevância da biologia e das neurociências para a psicologia. O que me interessa é que parece haver limites para o que a psicologia pode assimilar diretamente de outras ciências (ou através de Art) e são esses limites que pretendo explorar aqui.

Vamos delimitar o que participa e o que não participa diretamente da confecção de Art. Art é fisicamente indistinguível de um ser humano tanto no aspecto interno quanto no externo, seu comportamento é também idêntico àquele de um ser humano na maneira como reage às mudanças do seu meio ambiente. Partes identificáveis do interior de Art estão fisicamente conectadas com seus movimentos, de acordo com tudo o que se sabe acerca da construção do cérebro e do sistema nervoso. Contudo, isto está longe da pressuposição de que conseguimos identificar coisas como desejos, intenções, inferências, decisões, etc. com estados específicos de seu cérebro ou de seus mecanismos. Claro que pode haver razões para ligar *partes* do cérebro com vários processos cognitivos, mas partes não são mecanismos. Ademais, nada em nossa descrição de Art requer que sejamos capazes de identificar mecanismos físicos específicos com estados e eventos cognitivos particulares. Na medida em que estados e eventos como pensar, crer, perceber são fundamentais para a construção de conceitos psicológicos parece que temos razão em sustentar que Art não pode nos ajudar muito no que diz respeito ao avanço da psicologia.

Mas por que? Suponha que numa determinada ocasião alguém enfiou um alfinete na pele de Art, ele pulou para traz, fez uma expressão de dor e gritou "Ai!". Somos tentados a descrever fenômenos deste tipo da seguinte maneira: pressupomos que podemos descrever a penetração da pele de Art e todos os seus movimentos em termos puramente físicos - termos que poderiam ser acomodados em leis físicas. Conhecendo os aspectos relevantes da estrutura de Art podemos saber *exatamente* como a penetração da pele causou a reação (fisicamente descrita). Podemos também descrever causa e efeito em termos mais triviais - como acabamos de fazer. Consideremos agora duas descrições: a descrição física oficial da causa (ou estímulo) e a descrição psicológica do efeito (movimento corporal, exclamação, expressões faciais, surpresa, dor). Estas são descrições de causa e efeito e como tais esses eventos devem ser subsumidos a leis. Se isto vale para todos os eventos psicológicos - o que estivemos pressupondo até agora - então não estaremos por acaso comprometidos com a visão de que todos os eventos psicológicos são estritamente previsíveis e que o mesmo vale para Art, isto é, que podemos igualmente prever todos seus estados e eventos psicológicos? Se temos conhecimentos de

descrições físicas e psicológicas dos mesmos eventos, por que não correlacionar estas duas descrições sistematicamente? Então como poderíamos negar que ao construir Art reduzimos a psicologia a física e portanto solucionamos todos os problemas específicos da psicologia?

Concordamos que neste caso estamos comprometidos com uma importante tese filosófica e metafísica. Se eventos psicológicos causam e são causados por eventos físicos (e certamente este é o caso) e se relações causais entre eventos implicam na existência de leis conectando tais eventos; se essas leis são, como supusemos ao construir Art, leis físicas, então deve seguir que eventos psicológicos *são* (no sentido de que eles são) *idênticos* a eventos físicos. Se isto é materialismo, estamos comprometidos com esta tese ao pressupor a existência de Art.

Nossos compromissos, contudo, não seriam tão rígidos se não estivéssemos comprometidos com a idéia de que eventos psicológicos podem ser preditos da mesma maneira que eventos físicos; nem que eventos psicológicos possam ser reduzidos a eventos físicos; nem que nós tivéssemos, ao construir Art, mostrado que poderíamos explicar eventos psicológicos da mesma maneira que explicaríamos eventos físicos. Pois não pressupusemos em nenhum momento que podemos efetivamente correlacionar classes de eventos descritos em termos físicos com classes de eventos descritos em termos psicológicos.

O que supusemos foi que para cada evento psicológico específico, ocorrendo a um certo tempo, podemos fornecer uma descrição em termos puramente físicos e, da mesma maneira, para qualquer classe finita de eventos podemos estabelecer uma correlação entre descrições físicas e psicológicas. Mas, conquanto isto possa ser feito, não se segue que predicados psicológicos tais como "X deseja a mulher de seu vizinho" ou "X quer um café com creme" ou "X acredita que Beethoven morreu em Veneza" ou "X assinou um cheque de 20 dólares" que determinam, classes infinitas ou pelo menos classes potencialmente infinitas de eventos; isto não implica que para tais predicados correspondam, nomologicamente, predicados físicos. Claro que se uma certa classe de eventos psicológicos é finita, e se cada evento psicológico tem uma descrição física, então segue-se trivialmente que existe um predicado físico que determina a uma classe de predicados psicológicos. Mas isto não interessa a ciência. A ciência está interessada em conexões nomológicas, conexões cuja validade seja garantida por exemplos, mesmo que estes últimos não esgotem os casos possíveis.

É fácil de ver que embora todos os eventos e estados psicológicos tenham uma descrição física isto não nos dá razão para esperar que qualquer predicado físico, não importando quão complexo, tenha a mesma extensão que um dado predicado psicológico - muito menos de que exista um predicado físico relacionado de maneira legiforme a um dado predicado psicológico. Para tomar um exemplo de uma área diferente: consideremos uma linguagem razoavelmente rica "L" que tem recursos para descrever qualquer sentença de "L". Vamos pressupor, em particular, que "L" pode apreender com uma descrição única cada uma das sentenças verdadeiras de "L". Mas "L" não pode conter um predicado, não importando quão complexo, que se aplique somente as sentenças verdadeiras de "L" - pelo menos se "L" é consistente. Este fato surpreenderia alguém que não conhecesse paradoxos semânticos. Certamente essa pessoa diria "uma vez que eu posso apreender cada sentença verdadeira, eu poderia especificar a classe". E essa pessoa começa a percorrer as sentenças verdadeiras, notando quais as propriedades que elas tem que não são compartilhadas pelas sentenças falsas. Mas essa pessoa estaria errada, pois sabemos de antemão que ela não poderia ser bem sucedida. Creio que esta é mais ou menos a situação com predicados psicológicos em relação aos físicos: sabemos de antemão que todos os recursos da física são insuficientes para apreender importantes classes de eventos (abertas ou infinitas) que são definidas por predicados psicológicos.

Vimos assim que um conhecimento completo da física do ser humano que cubra, sob seu modo de descrição, tudo o que acontece, não fornece necessariamente conhecimento psicológico (uma observação feita muito tempo atrás pelo Sócrates de Platão). E por que não ocorre que existam correlações estabelecidas indutivamente entre eventos físicos e eventos psicológicos? Afinal,

não sabemos que essas correlações existem? Sem dúvida podemos afirmar a existência dessas correlações, se por leis entendermos *generalizações estatísticas*. A criança que se queimou evita a chama (e a psicologia contém exemplos mais sofisticados). Mas estas generalizações, a diferença daquelas da física, não podem ser muito precisas e não podem ser transformadas em leis de uma ciência e mantidas no interior de seu campo de aplicação. Ao dar as razões para chegar a esta conclusão, voltemos novamente por um momento para a questão de o que nos faz pensar que Art foi adequadamente construído do ponto de vista psicológico. Creio que a resposta é que Art tem toda a aparência de pensar, sentir e agir como um ser humano. E não só aparências superficiais. Se ele for cortado, ele sangrará, se se joga luz nos seus olhos, ele piscará, se dissecamos seus olhos, descobriremos células iguais as nossas. É importante, na decisão de se ele tem características psicológicas, que ele seja como um ser humano. Se descobríssemos um receptor dentro dele e soubéssemos que uma outra pessoa estava mandando sinais para fazer Art se mover, então não seríamos tentados a atribuir-lhe características psicológicas. Qualquer diferença sob a pele nos leva a hesitar. Contudo, nossa compreensão detalhada do funcionamento de Art não nos força a concluir que ele está nervoso ou que ele acredita que Beethoven morreu em Viena. Para decidir isto teríamos, em primeiro lugar, que observar os movimentos macroscópicos de Art e decidir como interpretá-los, da mesma maneira que decidimos para seres humanos.

Seria fácil cometer um erro de raciocínio aqui, em parte porque nós pressupusemos que, deliberadamente, *construímos* Art para fazer o que ele faz. E, provavelmente, ao construir Art usamos circuitos do tipo usado para construir uma máquina que pudesse processar informação e assim por diante. Mas é claro que não devemos adiantar a conclusão de que quando esses circuitos estão ligados Art está processando informação. É parte do que está em questão saber o que seria informação para nós se Art fosse meramente uma extensão de nossas próprias faculdades (como é o caso do computador) e se isto seria informação para ele. Pressupor este ponto de vista é assumir que Art vê as coisas da mesma maneira que nós as vemos e que ele quer dizer as mesmas coisas que nós queremos dizer quando ele emite sons. Mas isto só podemos decidir se entendermos como tais pressuposições se encaixam no quadro geral do comportamento de Art. Este é um ponto bastante simples. Se queremos decidir se Art tem propriedades psicológicas, devemos parar de pensar nele como sendo uma máquina que construímos e começar a julgá-lo como se ele fosse um ser humano. Somente desta maneira podemos estudar a questão das possíveis correlações entre propriedades psicológicas e físicas.

A esta altura seria melhor admitir que o fato de Art ser artificial não é uma parte essencial de nossos raciocínios. A razão é que não supusemos que ele foi construído com base no conhecimento de *leis* que correlacionam fenômenos físicos e psicológicos: tudo o que se sabia era o correlato físico de cada movimento ou ato específico. É verdade que podemos prever os movimentos físicos de Art. Mas se queremos saber se um determinado movimento em particular será interpretável como uma ação ou como uma resposta poderemos sabê-lo unicamente se considerarmos todos os aspectos físicos em detalhe (incluindo, é claro, como será o meio ambiente) e então julgando o caso como se se tratasse do movimento de um ser humano. Não temos razões claras para dizer que Art vai continuar a parecer um ser humano. Assim a existência de Art não acrescenta nada à suposição de que podemos ter um conhecimento global da física de um ser humano - ou seja, aquele conhecimento que supusemos ter quando o imaginamos. Art serviu ao propósito heurístico de não pressupor a existência de nenhum tipo de propriedade misteriosa ou desconhecida. Mas de fato, tudo o que fizemos foi não pressupor a existência de nenhuma propriedade *física* desconhecida, e o mesmo poderíamos fazer com qualquer ser humano. Esta suposição não resolve a questão de se um ser humano tem uma alma (isto é, propriedades psicológicas irreduzíveis) e nem tampouco resolve a questão de se nós *demos* a ele (a Art) uma alma.

Retornemos agora, à questão de porque não devemos esperar descobrir correlações legiformes precisas (ou leis causais) ligando eventos e estados psicológicos a eventos e estados físicos - ou, em outras palavras, porque uma compreensão total de como funciona o cérebro e o corpo não

constitui conhecimento do pensamento e da ação. Mas antes que ofereçamos aquilo que consideramos ser a razão correta, mencionaremos algumas razões mal formuladas que foram freqüentemente enunciadas. (Estamos constrangidos pelo fato de que a este respeito aceitamos uma conclusão que foi entretanto, obtida através de argumentos espúrios defendidos por vários filósofos. Queremos nos dissociar do trabalho desses filósofos).

Afirma-se freqüentemente, sobretudo na literatura filosófica recente, que não pode haver um predicado físico com a extensão de um verbo de ação porque existem muitas maneiras diferentes pelas quais uma ação pode ser realizada. Assim, um homem pode cumprimentar uma mulher inclinando a cabeça, ou dizendo algumas coisas ou assobiando e cada uma dessas coisas pode, por sua vez, ser feita de maneiras diferentes. Tal ponto de vista é ridículo. Características particulares que recaem sob um predicado diferem de várias maneiras na medida em que existam pelo menos duas características. Se este argumento fosse bom, poderíamos mostrar que adquirir uma carga positiva não constitui um evento físico, uma vez que existem infinitas maneiras pelas quais isto pode acontecer.

Existe um argumento simétrico a este que é igualmente comum e igualmente ruim: diz-se que o mesmo evento físico pode contar como ações diferentes. Assim, por exemplo, o mesmo movimento e o mesmo som emanando de um agente pode numa dada ocasião constituir um cumprimento e numa outra constituir um insulto. Mas é claro que se as ocasiões são diferentes, os eventos devem diferir em termos de características físicas. A diferença pode estar nos estados internos do agente. Por exemplo, pode haver uma diferença em intenção: essa diferença, pressupomos, tem seu aspecto físico, uma vez que ela é refletida nas inclinações do agente e no seu movimento físico. Dada uma descrição completa do cérebro, devemos esperar que essa diferença corresponda a alguma diferença fisiológica - ou, em última análise, corresponda a algo físico.

Contudo, podemos imaginar casos onde até as intenções e as crenças são as mesmas, a parte física também é igual, e, mesmo assim, ações diferentes acabam resultando. Assim, um homem pode querer manter sua palavra indo à ópera. Contudo, em uma ocasião o fato de ele ir à ópera pode constituir a obediência a uma promessa e em outras ocasiões não (ele pode ter esquecido que dia era a ópera). Mas aqui novamente a situação física não é idêntica em todos os aspectos. Simplesmente devemos definir o evento físico ou a situação mais amplamente - na medida em que manter uma promessa depende da ocorrência de certos eventos antecedentes e assim, a ocorrência de um evento físico de um certo tipo pode depender de todo um conjunto de circunstâncias físicas nas quais ele ocorre. Se quisermos, podemos definir um super-eclipse da lua como sendo um eclipse que foi precedido, há uma semana atrás, por um eclipse do sol. Um super-eclipse pode não ser de muito interesse para a ciência, mas é, sem dúvida, um conceito físico respeitável.

Ademais, diz-se que o relativismo cultural afeta a classificação das ações mas não a classificação de eventos físicos. Assim, o mesmo gesto pode indicar concordância na Áustria e discordância na Grécia. Neste caso, precisamos apenas alargar um pouco os referenciais para achar uma diferença relevante: a Áustria é fisicamente diferente da Grécia e assim qualquer evento na Áustria é fisicamente diferente de um evento na Grécia. Talvez seja sugerido que o mesmo gesto *peculiar* de um homem possa ser julgado ser um ato de concordância por um austríaco e um ato de discordância por um grego deslocado. Contudo, neste caso, as duas descrições não podem se contradizer. Assim como um objeto pode acelerar em relação a um quadro referencial e não em relação a outro, da mesma maneira um gesto pode parecer como concordância *para um austríaco* e como discordância *para um grego*. Somente se aceitarmos uma visão indevidamente restrita dos predicados que podem ser formados usando conceitos físicos, aceitaremos que tais argumentos podem ter algum atrativo.

Dois importantes temas emergem a partir destas considerações. Uma é a necessidade de distinguir eventos com suas características individuais e localização temporal de classes de

eventos. Podemos com certeza dizer que "o mesmo gesto" tem um significado na Áustria e outro na Grécia: o que temos em mente são gestos de um determinado tipo relevante. O outro tema diz respeito as relações entre descrição e caracterização psicológica de eventos e sua descrição física (ou biológica e fisiológica). Conquanto características psicológicas não possam ser reduzidas a outras, elas podem ser fundamentalmente dependentes destas (e eu penso que elas o são). Num certo sentido, as características físicas de um evento (ou objeto/estado) determinam as características psicológicas; para usar as palavras de G.E. Moore, conceitos psicológicos são supervenientes em relação aos físicos. A explicação de Moore para esta relação (que ele sustentava que ocorria entre características descritivas e valorativas) é a seguinte: é impossível que dois eventos (objetos ou estados) tenham as mesmas características físicas (ou como diria Moore, suas características descritivas) e difiram no que diz respeito a suas características psicológicas (valorativas).

Estes dois temas, quais sejam, a distinção entre eventos individuais e classes de eventos e a superveniência do psicológico sobre o físico estão relacionados. Pois o que precisa ser ressaltado é que é a descrição de eventos psicológicos individuais que é superveniente em relação a descrições físicas e não a descrição de tipos de eventos. Se um certo conceito psicológico se aplica a um evento e não a outro, deve haver uma diferença descritível em termos físicos. Mas disto não se segue que há uma única diferença fisicamente descritível que distingue dois eventos que diferem num certo aspecto psicológico.

Existe uma outra classe de argumentos que não poderemos abordar em detalhe: estes são os argumentos baseados no ponto de vista de que conceitos psicológicos são essencialmente *valorativos*, enquanto que conceitos físicos não o são. Se isto significa que quando chamamos um evento de uma ação nós não estamos meramente descrevendo tal evento mas também o julgando como bom ou ruim, recriminável ou razoável, acreditamos que esta posição é errônea. Sempre que dizemos alguma coisa podemos estar expressando um valor de algum tipo, mas isto não significa que o que dizemos não possa também ser verdadeiro ou falso. Em qualquer caso, para que a questão de porque não existem leis ligando fenômenos físicos a fenômenos psicológicos possa fazer sentido, devemos pressupor que julgamentos a respeito destes fenômenos sejam verdadeiros ou falsos.

Num sentido bastante diferente pode-se pensar que considerações valorativas integrem nossos julgamentos acerca de ações realizadas pelas pessoas. Pode-se sustentar que existem certos elementos *reguladores* ou *constitutivos* na aplicação de conceitos psicológicos. Isto certamente é verdadeiro, mas o mesmo pode ser dito quanto a aplicação de conceitos físicos. Contudo, aqui estamos muito mais próximos da verdade.

Consideremos um evento histórico particular, digamos, o fato de David Hume admitir no apêndice de seu *Tratado* que ele não pode perceber como conciliar duas de suas teses. Admitir alguma coisa é necessariamente um ato intencional e isso implica que o que é admitido de fato ocorre - em nosso exemplo, o reconhecimento de Hume implica que ele não pode ver como reconciliar as duas teses. Uma vez que o ato de admitir foi intencional, sabemos também que Hume deve ter *acreditado* que ele não podia perceber como conciliar as duas teses e ele deve ter *querido* (provavelmente por alguma outra razão) revelar este fato. Não apenas Hume tinha este desejo e esta crença, mas eles foram eficazes para produzir seu reconhecimento - ele reconheceu *porque* ele tinha o desejo e a crença. Se interpretamos este "porque" como implicando (entre outras coisas) uma relação causal - e creio que de fato devemos interpretá-lo assim - então ao descrever uma ação como realizada com uma certa intenção nós a teremos descrito como uma ação com uma certa história causal. Assim, ao identificar a ação com um evento físico devemos ao mesmo tempo estar certos de que a história causal do evento físico inclui eventos ou estados idênticos aos desejos e estados cognitivos que dão lugar a explicação psicológica da ação.

Contudo, este é só o começo das complicações, pois a maioria dos estados emocionais, volições, percepções, etc. têm conexões causais com outros estados e eventos psicológicos ou pelo menos

requerem que estes outros estados existam. Assim, ao dizer que um agente realizou uma determinada ação intencional, nós atribuímos a ele um sistema de estados e eventos *altamente complexo* e tudo isto deve ser levado em conta ao se fornecer os eventos e estados físicos correspondentes. Não estamos argumentando que não existe uma descrição física correspondente - estamos certos de que tal descrição existe. Não estamos tampouco argumentando que não podemos produzir a descrição correspondente em casos particulares. Estamos apenas tentando mostrar porque não podemos estabelecer correlações legiformes, gerais e precisas entre descrições físicas e descrições psicológicas. A complexidade nas atribuições de estados psicológicos não prova por si o que sustentamos, mas a qualidade desta complexidade será fundamental.

A esta altura ajudaria determo-nos num fenômeno psicológico um pouco mais abstrato - a habilidade de falar e entender linguagem. Não podemos esperar lidar com todas as características e sutilezas de traços psicológicos sem levar em consideração a linguagem, pois as distinções mais sutis entre desejos e crenças, pensamentos e medos, intenções e inferências dependem de pressupor a existência de uma estrutura cognitiva tão complexa como a da linguagem - uma estrutura que não pode ser entendida independentemente desta última.

Queremos ser capazes de explicar atos de fala que são intencionais e caracterizar as outras ações que acabamos de mencionar. Parte da explicação de tais atos é sua interpretação, no sentido de sermos capazes de dizer o que as palavras do falante expressam na ocasião em que são usadas. Apreendemos o que uma pessoa disse quando ela emitiu certos sons somente se nós conhecemos a linguagem dessa pessoa - isto é, quando estamos preparados para interpretar um grande número de coisas que ela possa dizer. Pois não compreendemos uma sentença específica proferida por uma pessoa a não ser que saibamos o papel das palavras em outras sentenças que ela possa proferir. Para interpretar um ato de fala singular devemos ter uma compreensão das disposições potenciais do falante para efetuar outros atos de fala. Assim sendo, podemos conceber que ter ou conhecer uma linguagem é uma disposição específica e altamente estruturada do falante. Descrevemos essa disposição ao especificar o que o falante quereria dizer ao proferir um dentre um grande número de sentenças numa situação específica.

Quando a descrevemos psicologicamente a habilidade lingüística de um falante constitui uma disposição complexa. Quando a descrevemos fisicamente, ela não constitui uma disposição e sim um estado real, um mecanismo. Neste caso, como em outros, parece que um conhecimento detalhado do mecanismo físico deve ajudar a psicologia. Não há dúvida de que em cada ser humano existem alguns estados físicos, a maioria deles concentrada no cérebro e que constituem a habilidade lingüística. Mas como podemos identificar estes estados? (Não queremos dizer meramente *localizá-los*, mas descrever em detalhes o mecanismo relevante). Como podemos saber que um certo estado físico do cérebro, um certo mecanismo, é o mecanismo que explica o comportamento lingüístico do falante e o fato de ele expressar e dizer o que ele deseja quando está falando? Estamos pressupondo, como o fizemos antes, que se o agente fala, podemos em cada ocasião identificar o evento físico particular correspondente. Assim, não existe problema quanto a testar o ponto de vista de que um mecanismo físico particular (por exemplo, Art) seja um mecanismo falante de uma linguagem: podemos testar isto da mesma maneira que podemos testar a habilidade lingüística de um ser humano, isto é, ao observar como ele se comporta em várias circunstâncias. Contudo, isto não vai nos fornecer aquilo que desejamos: uma correlação legiforme entre o funcionamento do mecanismo e comportamento lingüístico. Queremos saber qual é a propriedade física da máquina - de qualquer máquina - a propriedade que a faria falar como um ser humano.

Por que não podemos simplesmente dizer: a propriedade física é aquela que produz os resultados observados? Isto é inadequado, pois os resultados que são requeridos suplantam aqueles que são observados e queremos a propriedade física que *produziria* comportamento lingüístico. De fato temos *uma* descrição da propriedade física, mas é uma descrição que usa

conceitos psicológicos. É o mesmo que dizer que o homem é uma máquina de falar uma linguagem. Isto pode ser correto, mas em que a palavra "máquina" pode nos ajudar?

Interpretamos um determinado ato de fala a partir de uma teoria da linguagem que serve de pano de fundo. Tal teoria estabelece as condições de verdade de cada uma das infinitas sentenças que tal ser humano pode proferir - tais condições dependem da ocasião e das circunstâncias em que a sentença é proferida.

Ao construir tal teoria, como antropólogo ou como lingüista, ou apenas inconscientemente como uma criança que aprende sua língua nativa, nunca estamos na situação de aprender o significado das palavras um por um, e depois aprender, independentemente, regras para agrupá-los em sentenças significativas. Começamos com sentenças como um todo para em seguida inferir uma estrutura subjacente. O significado é um aspecto operacional dessa estrutura. Uma vez que a estrutura é quase sempre inferida e dá lugar ao que chamamos de comunicação, devemos conceber o significado como sendo uma construção teórica. E como todo *constructo*, ele é arbitrário, com exceção das restrições empíricas ou formais que possamos lhe impor. No caso do significado, as restrições não podem estabelecer uma única teoria da interpretação. A razão disto (como Quine tentou mostrar) está no fato de que as sentenças que o falante supõe serem verdadeiras são determinadas pelo que ele quer dizer a partir de suas palavras e pelas suas crenças acerca do mundo que o cerca. Uma melhor maneira de dizer isto seria a seguinte: crença e significado não podem ser reconstruídas de uma única maneira a partir do comportamento lingüístico. Esta sub-determinação não pode ser julgada como uma falha de interpretação, mas como uma consequência lógica da natureza das teorias do significado (da mesma maneira que não constitui uma falha o fato de ser arbitrária a escolha de uma certa escala para medir temperatura).

A sub-determinação da interpretação implica num outro fato subjacente. Suponha que alguém diz o seguinte: "Lá está uma estrela explodindo". Devo assumir que essa pessoa *realmente quer dizer* que aquilo era uma estrela, mas que essa pessoa *acredita* que algumas estrelas são muito pequenas e frias ou devemos pensar que ele *queria dizer* que aquilo não era uma estrela, mas um meteorito e que ela *acredita* que estrelas são sempre muito grandes e quentes? Fatos adicionais podem resolver este problema, mas sempre haverá casos onde toda evidência possível sempre deixará aberta a escolha entre atribuir ao falante um significado padrão e um padrão de crença peculiar, ou um significado diferente e uma opinião ortodoxa. Se o falante profere as palavras "Lá está uma baleia" como posso saber o que ele quer dizer? Suponhamos que exista um objeto que se pareça com uma baleia no alto mar, mas que eu saiba que não se trata de um mamífero? Parece não haver critérios precisos para determinar que algo seja ou não uma baleia. Mas, felizmente, no que diz respeito a possibilidade de comunicação, não precisamos exigir tais critérios de decisão. Ter uma linguagem e saber coisas acerca do mundo são coisas que só podem ser parcialmente separadas; a interpretação torna-se possível porque aceitamos um grande número de teorias acerca do que um ser humano pode querer dizer - se fizermos alguns ajustes nas crenças que a ele atribuímos. O que fica claro, contudo, é que a construção de tal teoria deve ser *holística*: não podemos decidir como interpretar a sentença "Lá está uma baleia" independentemente de como interpretamos "Lá está um mamífero" e toda uma série de palavras que são normalmente conectadas a estas sentenças. Temos de interpretar o todo, não apenas palavras separadas.

A esta altura deveríamos esperar que um conhecimento dos correlatos físicos do mecanismo da linguagem poderiam ser valiosos. Afinal de contas, o uso das palavras se deve ao modo como este mecanismo funciona. Mas será que podemos localizar os *correlatos físicos do significado*? Será que não seria possível dissipar as ambigüidades acerca do que devemos inferir, ou tratar como um *constructo*, ao nível físico, tomando como ponto de partida a observação do comportamento lingüístico?

Bem, como isto poderia ser feito? Poderíamos descobrir o que sons e cheiros, descritos em termos de *inputs* físicos fazem nossa máquina dizer "Isto é uma baleia" quando lhe perguntamos "O que é aquilo?". (E assim por diante para muitos outros casos). Poderíamos então saber o que Art quer dizer? Penso que a resposta seria a seguinte: não saberíamos nem mais nem menos acerca da natureza do significado, ou seja, nada além do que podemos saber a partir de seres humanos. Pois o que Art diria se ele "aprendesse" que um objeto com a aparência de um cetáceo não é um mamífero? Como podemos decidir sem saber o que ele quer dizer com "mamífero"? Suponhamos que a baleia aparecesse como algo muito pequeno, ou de cabeça para baixo, mas que Art "acreditasse" que ele estava olhando pelo lado contrário de um telescópio ou usando lentes especiais? Estas questões e outras nesta linha, devem fazer-nos perceber que não podemos simplesmente associar algumas partes do cérebro de Art com os critérios para a aplicação de uma determinada palavra. Não são palavras separadas, mas o todo que deve ser interpretado.

Não deveríamos identificar o significado de uma sentença com a *intenção* com a qual ela é proferida, e então procurar um correlato físico da intenção e assim evitar o problema das ramificações infinitas que afeta as teorias do significado e da interpretação? O problema é que intenções específicas são tão difíceis de interpretar quanto o são algumas sentenças. Nosso melhor atalho para uma identificação detalhada de intenções e crenças é uma teoria do comportamento lingüístico. Não faz sentido supor que podemos *primeiramente* intuir todas as intenções e crenças de uma pessoa para *depois* tentar apreender o que ele quer dizer com suas palavras.

Se estou certo, isto quer dizer que um conhecimento detalhado da física ou da fisiologia do cérebro ou do homem como um todo, não nos auxilia no tipo de interpretação requerida para a aplicação de conceitos psicológicos mais sofisticados. Interpretar o que *l'homme machine* quer dizer não é mais fácil do que interpretar o que um ser humano quer dizer: o problema seria essencialmente o mesmo. (Haveria apenas uma diferença: no caso de um ser humano tentaríamos resolver o problema criando situações experimentais, no caso do homem-máquina nós o desmontaríamos. Mas após desmontá-lo, poderíamos apenas dizer, em termos psicológicos, o que ele teria feito em circunstâncias específicas, não poderíamos extrair daí leis gerais acerca de seu comportamento). Tanto no caso da máquina como no do ser humano, teríamos que interpretar seus comportamentos observáveis como um todo. Nossos padrões para aceitar um sistema de interpretação teriam de ser os mesmos: teríamos de reservar um espaço para possíveis erros; teríamos de pressupor um alto grau de coerência para poder atribuir sentido ao que eles dizem ou fazem; teríamos igualmente, de pressupor um padrão de crenças e motivos que estivesse próximo do nosso para poder construir uma base comum que permitisse a compreensão do que dizem e fazem e até mesmo possibilitar a interpretação de possíveis discordâncias. Estas condições, que incluem critérios de consistência e de racionalidade, podem ser aperfeiçoadas e tornadas mais objetivas. Mas não vejo nenhuma razão para que elas pudessem ser estipuladas num vocabulário puramente físico.

Descobertas que já foram feitas acerca da natureza do cérebro e novas descobertas que podemos esperar das pesquisas nesta área esclarecerão a natureza da percepção humana, do aprendizado e do comportamento. Mas no que diz respeito a funções cognitivas mais complexas, o conhecimento terá que ser obtido de modo indireto. Não existe nenhuma maneira pela qual a psicologia possa ser reduzida à física.

© Donald Davidson

Observação.

Texto cedido ao Centro de Estudos em Filosofia Americana para tradução e divulgação. Para cópia e divulgação, basta informar a propriedade do CEFA, a fonte e o tradutor. Pedimos a gentileza de comunicar ao CEFA a utilização do texto: Fran: [fghi29@yahoo.com.br](mailto:fghi29@yahoo.com.br)

